

PUBLICADO DOC 16/05/2008, PÁG. 203

PARECER Nº 506/2008 DA COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE SOBRE O **PROJETO DE LEI Nº 445/05**.

Trata-se do Projeto de Lei nº 445/05, de autoria do nobre Vereador Russomano, que dispõe sobre a instalação de mobiliário urbano específico aos portadores de nanismo no Município de São Paulo e dá outras providências.

Obriga o Poder Executivo a adaptar o mobiliário urbano do Município de São Paulo aos portadores de nanismo, explicitando por mobiliário os caixas eletrônicos, os telefones públicos, as caixas de correio, as lixeiras, os balcões de atendimento em geral, os sanitários públicos, as barras de apoio nos meios de transporte, as botoeiras de semáforos e elevadores e os bebedouros.

A presente propositura objetiva disponibilizar, no meio urbano, mobiliário adequado ao uso de portadores de nanismo. De acordo com a sua justificativa a medida assegurará ao portador de nanismo a garantia de inserção na vida econômica e sócio-cultural e o conseqüente desenvolvimento de suas potencialidades. A propositura visa facilitar a locomoção dos portadores de nanismo para que se evite o risco da ocorrência acidentes, bem como tornar a Cidade um espaço capaz de promover qualidade de vida para todos.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou parecer que concluiu pela legalidade e constitucionalidade da proposta de lei com apresentação, entretanto, de um Substitutivo para adequá-la à melhor técnica de elaboração legislativa, excluir de seu texto os telefones públicos, as caixas de correio e as barras de apoio nos meios de transporte em razão das competências federativas e de entes municipais, e incluir multa aos infratores de R\$ 500,00, renovável a cada 30 dias, até a regularização da instalação do mobiliário. Esta multa será reajustada anualmente pelo IPCA.

O Decreto Federal nº 5.296/04, que regulamenta as Leis no 10.048/00 e 10.098/00 e dispõe sobre o atendimento prioritário de pessoas portadoras de deficiências, abrangendo o portador de nanismo de forma explícita, trata das condições gerais de acessibilidade levando em conta o planejamento de forma continuada e articulada entre os setores envolvidos; trata também da implementação da acessibilidade arquitetônica e urbanística e, ainda, de outros itens não relacionados ao mobiliário urbano. A Lei Federal nº 7.853/89 também estabelece normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência e sua efetiva integração social. Entre outros itens, trata das áreas das edificações garantindo a sua funcionalidade e das vias públicas, para que nelas sejam evitados ou removidos os óbices a essas pessoas.

Em vista dos argumentos do autor e da adequação da proposta de lei aos propósitos contidos na legislação federal citada, bem como aqueles expressos na Lei Orgânica do Município de São Paulo, a Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente manifesta-se FAVORÁVEL ao Projeto de Lei nº 445/05, em especial ao Substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, em 14/05/08

Carlos Apolinário – presidente

Arselino Tatto

Chico Macena – relator

Dr. Farhat

Juscelino Gadelha

Toninho Paiva